



SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Os sentidos das práticas de extensão universitária em um curso do campo de públicas: uma reflexão necessária

Matheus Arcelo Fernandes Silva/EG-FJP
Beatrice Correa de Oliveira/EG-FJP
Carla Bronzo/EG-FJP

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre os impactos da estruturação dos projetos de extensão na EG/FJP no processo formativo da graduação em Administração Pública. Para alcançar este objetivo, foi realizado um grupo focal com alunos e alunas CSAP, que se soma à observação cotidiana das ações desenvolvidas no âmbito da EG/FJP e sua recepção pelos estudantes. Marcam essas discussões as concepções de extensão adotadas, a forma como o conhecimento é construído no campo da Administração Pública bem como a dicotomia estruturante do debate sobre a extensão universitária, aquele que dissocia teoria e prática, inserindo a extensão no lugar da prática, complementar ao conhecimento adquirido na sala de aula. Verificou-se que de acordo com a natureza das atividades dos projetos e o público com o qual se interage há visões distintas sobre os aprendizados e contribuições das atividades de extensão no processo formativo. De certa forma, as ações que possuem uma contribuição mais instrumental no sentido da percepção direta de sua aplicação, são mais valorizadas, suscitando também o debate acerca da estrutura que hoje se apresenta nas Instituições de Ensino Superior, da prática das extensões servindo de base para o que é ensinado em sala de aula. Observou-se ainda que os projetos de extensão não apenas são marcados pelas trajetórias daqueles que os compõem, mas marcam suas histórias de vida acumulando aprendizados advindos da vivência e da observação. Essas são algumas das necessárias reflexões que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: extensão universitária; Administração Pública; campo de públicas.

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este artigo, gostaríamos de destacar que sua escrita nasce de muitas inquietações e reflexões acerca da prática extensionista no Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) e que, ao final, surgem ainda mais questões que são levantadas por meio das reflexões realizadas. Além disso, seus autores são participantes do processo de estruturação das ações de extensão na instituição, enquanto servidores públicos atuando na Fundação João Pinheiro.

Entre as reflexões que estruturam este trabalho, nos perguntamos: qual o papel das ações de extensão na formação dos alunos de um curso superior? Considerando que a extensão, juntamente com o ensino e pesquisa, se constitui como um eixo básico da formação discente, como esta se situa no campo de públicas, um campo de conhecimento e ação de formação recente no país? Neste sentido, o Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) foi um dos primeiros cursos no campo de públicas e uma experiência única no país, uma vez que a conclusão do mesmo implica a inserção dos egressos na carreira do Poder Executivo mineiro, como especialistas de políticas públicas e gestão governamental. Que habilidades e competências a formação pode e deve propiciar aos egressos? Como a extensão acadêmica contribui para isso?

Considerando estes questionamentos, o presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre os impactos da estruturação dos projetos de extensão na EG/FJP no processo formativo de estudantes do Curso de Administração Pública (CSAP). Para alcançar este objetivo, foi realizado um grupo focal com alunos e alunas CSAP, que se soma à observação cotidiana das ações desenvolvidas no âmbito da EG/FJP e sua recepção pelos estudantes.

Ao tratarmos das experiências de extensão realizadas na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) é importante a compreensão do contexto a partir da qual ela é constituída e só é possível compreendê-lo considerando o campo que está se constituindo em relação à formação em Administração Pública, o chamado Campo de Públicas.

Ao pensarmos o Campo de Públicas, segundo definição de Pires *et al* (2017), não podemos fazê-lo, senão de modo provisório, considerando que é um campo ainda em construção. Contudo, sua constituição aponta para uma diferenciação entre os elementos que marcam a construção do conhecimento na Administração de Empresas (privada) e na Administração Pública. Neste ponto, conforme destacam Chaves, Ferraz e Biondini (2020), já existe uma primeira confusão em relação ao público e o privado, no que tange os interesses que

marcam essas relações, ocultando a forma como são constituídas as relações sociais capitalistas e estabelecendo o Estado como uma abstração frente ao indivíduo. É importante destacar que estas disputas internas são fundamentais e marcam a construção do campo (FARAH, 2016).

A institucionalização do termo Campo de Públicas se deu a partir da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública em 2013 (Resolução n. 1, 2014). Coelho (2019) aponta que entre 1995 e 2006 foi registrado pelo Ministério da Educação (MEC) um aumento de 13 para 96 o número de cursos de Administração Pública, e estima-se que hoje existam cerca de 250 cursos de graduação no Campo de Públicas. Complementando essa visão, Farah (2016, p. 974) destaca que:

O boom de cursos e de produção sobre políticas públicas a partir dos anos 2000 indica a institucionalização de um novo campo — o “campo de públicas”, a partir de um processo ainda em curso de delimitação de um objeto próprio (gestão e política pública), articulação entre ideias e um suporte material, e articulação de atores em torno de uma agenda própria e de um discurso comum.

A partir destes elementos, é possível perceber que o Campo de Públicas se trata da busca por uma formação transversal, que contemple a formulação, avaliação e implementação de políticas públicas. Como definição deste campo, temos que o “Campo de Públicas é uma expressão utilizada (...) para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos (...) que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas (...) na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.” (PIRES, SILVA, FONSECA, VENDRAMINI e COELHO, 2014, p. 3).

A respeito da produção do conhecimento em Administração Pública, Chaves, Ferraz e Biondini (2020 p. 12) destacam que sua fragilidade e fragmentação seria um desafio, caracterizado pelas seguintes ocorrências:

a) falta de identidade própria; b) falta de delimitação; c) falta de rigor metodológico; d) vale-tudo temático (variedade de temas); e) modismo (pesquisas pautadas na agenda governamental); f) autorreferência (por possuir poucos pesquisadores); g) falta de apoio institucional (pouco investimento em ensino e pesquisa) (SILVA et al., 2013).

Muitos destes elementos são a marca de um Campo ainda em construção, contudo, cabe ressaltar que em muitos casos, existe uma priorização do método em relação ao objeto, perspectiva que limita o avanço em relação à compreensão do real. Compreender e debater sobre a forma como o conhecimento é construído no Campo de Públicas nos leva ao

questionamento da forma como o conhecimento se apresenta e se constitui e dentro desta dinâmica se encontra a extensão universitária. A seguir, iremos tratar especificamente do Curso de Administração Pública da EG/FJP e de elementos que marcam o debate acerca da extensão universitária.

O Curso de Administração Pública da Escola de Governo e a Extensão Universitária

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabeleceu que uma das finalidades do ensino superior é promover a extensão universitária (BRASIL, 1996, art. 43). Enquanto uma atividade acadêmica, a Extensão apresenta como uma de suas características a indissociabilidade com as atividades de Ensino e de Pesquisa, tal como prevê a Constituição da República de 1988. Outro atributo da extensão universitária é a promoção do aprendizado do estudante, por meio da relação com comunidades externas à Instituição de Ensino Superior (IES). Tais aspectos podem ser apreendidos pela definição de Extensão Universitária presente na Política Nacional de Extensão, publicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, em 2012:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15).

O Curso de Administração Pública (CSAP) atualmente ministrado pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro foi instituído em 1986. Sua constituição tem por contexto a concepção de busca pela eficiência e eficácia do setor público por meio da profissionalização e qualificação de seus servidores, que atuariam na modernização e inovação dos processos e políticas públicas. Por essa perspectiva da modernização da gestão pública, o curso foi estruturado com uma vinculação a um cargo público, atualmente o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), regulamentado pela Lei Estadual no 18.974 de 2010 e alterações (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2017).

Na busca por formar “profissionais qualificados para atuar em gestão governamental e na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no estado de Minas Gerais” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2017, pg. 170), o curso de Administração Pública apresenta desafios no âmbito da formação de seu aluno e futuro gestor público. Segundo seu Projeto Pedagógico (2019) vigente até o ano de 2020, o curso era organizado em grandes áreas de conhecimento afins à administração pública, a saber: Administração, Direito, Economia, Finanças, Orçamento e Controle; Fundamentos quantitativos; Gestão Pública; Metodologia; e Sociologia e política, além de atividades relacionadas à pesquisa e extensão.

No que diz respeito às atividades de extensão na Escola de Governo, segundo levantamento histórico realizado por Souza (2017), desde 1998 previa-se atividades de extensão, inicialmente desenhadas no modelo de cursos de treinamento e requalificação de servidores, dentro do conceito de "formação continuada".

Novas propostas de atividades de extensão passam a ser desenvolvidas, marcadas pelo protagonismo dos estudantes na busca por oportunidades de atividades complementares de graduação a partir de meados dos anos 2000. Destaca-se o Laboratório de Políticas Públicas, um dos primeiros programas de extensão que reuniu iniciativas diversas, voltadas oportunizar o contato dos estudantes com a máquina governamental e os processos da gestão pública. O Laboratório de Políticas Públicas representava, nesse sentido, “um espaço para o desenvolvimento de ações orientadas para a produção de conhecimento teórico e prático sobre o setor público, governamental e não governamental e envolve ações de natureza distintas” segundo documentos administrativos da Gerência de Extensão e Relações Institucionais, datados de 2009.

O processo de construção da Extensão na Escola de Governo ao longo dos anos se deu pela estruturação de diversas atividades e a criação de uma Gerência de Extensão e Relações Institucionais em 2011, mas também marcou processos de reflexão sobre a concepção e as diretrizes de extensão universitária a se adotar. Atualmente a extensão na Escola de Governo está alinhada com a perspectiva de extensão popular, desenvolvida na América Latina. Diferente da Europa, onde a extensão era vista, em suas origens, como uma possibilidade de disseminar conhecimentos técnicos desenvolvidos pelas universidades, ou mesmo da tradição iniciada nos Estados Unidos, a partir da qual a extensão era vista como uma prestação de serviços.

Outra referência de estruturação das atividades de extensão universitária na Escola de Governo se encontram ancoradas na Resolução MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que institucionalizou parte das discussões do FORPROEX:

Artigo 5º: Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Segundo o Projeto Pedagógico do CSAP (2019), as atividades de Extensão contribuem para a complementação da formação teórica, sendo o espaço que permite a vivência da complexidade da realidade social brasileira, fomentando a capacidade de reflexão crítica e a formação cidadã, por meio da interação e trocas com a comunidade externa à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. As atividades de extensão e imersão, bem como as atividades complementares de graduação, produzem um conhecimento para além do conhecimento acadêmico, uma vez que o conhecimento gerado é fruto de uma troca de saberes, do confronto entre o mundo das ideias e a realidade da comunidade (pg. 12).

Para tanto, atualmente a extensão na Escola de Governo tem se desenvolvido em três principais eixos de atividade complementar de graduação (ACG): projetos acadêmicos; sociais; e profissionais, além das atividades de imersão. Estes eixos marcam diferentes perspectivas e experiências para os alunos do CSAP e apontam diretrizes para a formulação de novos projetos. Os projetos são categorizados conforme a proposta de aprendizagem e público beneficiado pelas atividades, destacando-se que os projetos podem transitar entre diferentes modalidades considerando a complexidade e multiplicidade que as ações extensionistas podem se apresentar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020).

Os projetos identificados como sociais são os que viabilizam a relação entre os estudantes da FJP e outras pessoas da comunidade no entorno da IES, preferencialmente em áreas de vulnerabilidade social. A partir desta relação, busca-se o desenvolvimento de um trabalho social útil, que é constituído em conjunto entre os atores, visando uma construção não alienante, possibilitando que os envolvidos pertençam àquela construção e possam atuar a partir dela. São projetos de extensão social o Curso preparatório para o Exame Nacional de Ensino Médio - Cursinho Educar e o projeto Fica Ativo! Cidadania.

O Cursinho Educar é um curso extensivo ministrado pelos estudantes da Escola de Governo e que oferece aulas e oficinas gratuitas a jovens e adultos provenientes de escolas públicas para prepará-los para a prova do ENEM, na busca por ingressarem no Ensino Superior. Por meio do projeto Fica Ativo! Cidadania os discentes da Escola de Governo realizam Oficinas com alunos da Escola Municipal Dora Tomich Laender, que participam da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir destes encontros, são apresentados temas que estimulam a reflexão sobre direitos individuais, sociais e cidadania, em seu sentido mais amplo, relacionando-os à questão social e histórica em que estão inseridos.

A qualificação de um projeto como acadêmico diz respeito às iniciativas que, pela

natureza de suas atividades, incentivam a pesquisa e o estudo mais aprofundados de determinados temas e sua disseminação por meio das mais diversas formas de comunicação, promovendo de forma mais direta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O Observatório das Desigualdades e a Sociedade de Debates são dois exemplos de projetos acadêmicos.

O Observatório das Desigualdades é uma parceria da Fundação João Pinheiro com Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG) e busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, os mecanismos que as produzem e as formas de enfrentá-la. Por meio deste projeto, alunos e professores da EG-FJP desenvolvem boletins, gráficos, vídeos e notas informativas que destrincham os diversos vieses sobre desigualdades, entregando ao público conteúdos de qualidade e de fácil compreensão. A Sociedade de Debates é uma iniciativa dos alunos do Csap de trazer para dentro da EG a realização de debates competitivos. Nestes debates é valorizada a expressão argumentativa dos seus participantes e as regras utilizadas são do Instituto Brasileiro de Debates (IBD). O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, retórica e argumentação como forma de ampliar a reflexão, a troca de informações e o respeito por diferentes posicionamentos.

As experiências de extensão identificadas como projetos profissionais são as que permitem a vivência de desafios profissionais e a aplicação de conhecimentos do Csap para o desenvolvimento de atividades relacionadas à prática profissional de um gestor público. Como exemplo de projetos relacionados às práticas profissionais temos a João Pinheiro Consultoria Júnior organizada no formato de Empresa Júnior para prestar serviços de consultoria em diversas áreas da administração com foco em organizações públicas tendo o suporte/orientação de um docente da EG-FJP. A participação em projeto de Empresa Júnior permite que os alunos membros tenham, durante a graduação, experiências nas áreas de políticas públicas, gestão e estratégia, planejamento e orçamento e outras, ao prestar serviços a administração pública municipal, estadual, autarquias e Organização não Governamentais (ONG).

Por sua vez, as atividades de imersão são as que oportunizam aos estudantes a vivência de experiências de observação e trabalho em localidades diversas, com a finalidade de incentivar a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se ainda favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, a troca de experiências entre os envolvidos, possibilitar a atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso e ainda método de trabalho colaborativo e fomentar a adaptabilidade a diferentes culturas organizacionais. Como

projeto de imersão realizado pela EG-FJP destaca-se o Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal. O Prinagem tem por objetivo de que estudantes trabalhem junto a municípios do estado de Minas Gerais, a fim de desenvolverem atividades de assessoria técnica balizadas por um plano de ação construído com a orientação de um docente e demandas previamente repassadas e validadas pelas prefeituras.

O Quadro 1 a seguir apresenta uma síntese das categorias de atividades de extensão, alguns dos projetos e as principais atividades desenvolvidas.

Quadro 1 - Projetos realizados no segundo semestre de 2019

Nome do Projeto	Eixo ACG	Principais Atividades Desenvolvidas
Fica Ativo! Cidadania	Social	Oficinas sobre temas relacionados à cidadania, inclusão, desigualdades, participação social e direitos.
Cursinho Educar	Social	Aulas e monitorias e simulados de disciplinas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias.. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.
Observatório das Desigualdades	Acadêmico	Produção de boletins, gráficos, vídeos, podcasts e notas informativas que analisam diversos aspectos relacionados às Desigualdades.
Sociedade de Debates	Acadêmico	Pesquisa e treino da capacidade de argumentação e retórica para a realização de Debates competitivos.
Consultoria Jr (JPjr)	Profissional	Serviço de consultoria nas áreas de políticas públicas, gestão e estratégia, planejamento e orçamento e outras junto à administração pública municipal, estadual, autarquias e Organização não Governamentais (ONG).
Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem)	Imersão	Assessoria técnica aos municípios mineiros, nas áreas de estudo e proposição de melhorias de serviços; oficinas para servidores, secretários municipais, conselheiros de políticas públicas; Apoio à elaboração de leis orçamentárias e planos municipais; diagnóstico, mapeamento e proposição de melhorias de processos – licitação e

		compras, convênios e gestão de estoques; diagnóstico da Gestão Municipal.
--	--	---

Fonte: Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI/FJP)

Por meio desta construção, destaca-se o papel da extensão em seu aspecto formativo e pedagógico aos estudantes e a toda a Universidade; e a interação dialógica da Instituição de Ensino Superior com outras instâncias da sociedade, em que a prática da extensão não se resume apenas a um retorno dos conhecimentos à sociedade, mas se trata de uma construção conjunta. Reforça-se a importância das trocas de saberes realizadas neste processo da extensão, buscando romper com o equívoco gnosiológico muitas vezes atribuído à prática da extensão universitária, que alinhada a perspectivas epistêmicas funcionalistas, consideram os sujeitos como objetos, sem compreender que “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (FREIRE, 2015, p. 16)

Ao atribuir à extensão acadêmica a função de repassar os saberes construídos pela academia, perde-se uma grande potencialidade de se realizar um processo que seja de fato educativo, tanto para os alunos e professores, quanto para o público dos projetos, uma vez que é importante que “na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer” (FREIRE, 2015).

Essa perspectiva é fundamental também para se desenvolver uma extensão que de fato esteja alinhada com a produção do conhecimento. Nas diversas perspectivas desenvolvidas em relação à extensão universitária, um elemento que chama atenção, segundo Melo (2014) é o domínio da prática partindo da universidade. Não havendo também, uma grande preocupação com a construção do conhecimento. Não havendo, em verdade, a possibilidade da criação de novos conhecimentos, uma vez que mesmo quando adotada a perspectiva da mão dupla, as trocas acontecem a partir da perspectiva imposta pela Instituição de Ensino Superior, com base em um conhecimento já estabelecido.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para buscar o alcance dos objetivos deste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo. Gibbs (2009) aponta que a definição para esse tipo de pesquisa não é algo simples, mas que possuem como ponto em comum o fato de permitirem explorar de forma mais profunda experiências individuais ou de grupos. Para captar essas experiências relacionadas às vivências de alunos e alunas de projetos de extensão da EG/FJP, foi estruturado um grupo focal,

que contou com alunos e alunas, que se encontravam em diferentes momentos do curso de graduação.

Participaram do grupo focal 12 alunos e alunas, sendo 2 estudantes do primeiro período, 2 estudantes cursando o terceiro período, 3 estudantes cursando o quinto período, 2 estudantes cursando o sétimo período, 2 estudantes cursando o oitavo período e uma estudante recém formada. Importante ressaltar que não serão expressos os nomes dos alunos e alunas ao longo deste trabalho e que o grupo focal foi realizado por meio de videoconferência, devido à impossibilidade do encontro presencial entre os envolvidos durante o contexto da pandemia gerada pela Covid-19. Deste momento, foram selecionados três relatos que contemplavam a experiência de duas alunas e um aluno durante a Graduação em Administração Pública.

A partir dos dados coletados, foi escolhida a análise de discurso da vertente francesa. Trata-se de uma análise que considera também aspectos sociais de produção do discurso, sendo a palavra, conforme aponta Bakhtin (2006, p. 99), o “produto da interação entre o locutor e o ouvinte”. Também considero que o discurso não é de forma alguma neutro, sendo necessário ir além da simples categorização dos dados, identificando e analisando os discursos enunciados explicitamente, implicitamente ou mesmo silenciados (FIORIN, 2003).

A teoria apresentada por Bakhtin (2006) é uma das influências dessa vertente de análise de discurso e considera seu sentido dialético, uma vez que não existe um enunciado isolado. Fiorin (2003, p. 77) destaca que “as determinações últimas do texto estão nas relações de produção”. Tendo em vista esse sentido dialógico, o enunciado é elaborado em função do ouvinte, sendo o discurso uma prática social (SOUZA; CARRIERI, 2014). A análise de discurso da linha francesa não considera, portanto, o discurso de forma isolada, pois se torna um elemento da realidade social, construindo e sendo construído de forma dialética.

Seguindo esta linha escolhida para a operacionalização desta análise, destacamos os procedimentos propostos pelo Professor Doutor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e sistematizados por Saraiva (2009, p. 90-91), que podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, de acordo com o que for enunciado.

Também consideramos importante destacar o alinhamento epistemológico a partir do qual foi construído este estudo. Apesar dos limites das categorias apresentadas por Burrell e Morgan (1979), em relação aos paradigmas apresentados no campo dos estudos organizacionais, podendo ser limitadora aos estudos e às possibilidades de diálogo entre os paradigmas, fundamental para o avanço do conhecimento, acreditamos que este trabalho tem um caráter interpretativista, ao ponto em que se preocupa com o processo de construção dos significados

(BISPO, 2010). Complementando essa definição, Vergara e Caldas (2005, p. 67) destacam que:

Para os funcionalistas, as organizações são objetos tangíveis, concretos e objetivos. Para os interpretacionistas, as organizações são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas

Para Burrell e Morgan (1979), o interpretativismo não era uma corrente única, representando diversas possibilidades, com o elemento comum de “tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais” (VERGARA; CALDA, 2005, p. 68). É neste ponto que este trabalho converge com essa perspectiva, porém, se afasta na medida em que Burrell e Morgan (1979) apontam para uma dicotomia entre subjetivo e objetivo, uma questão que se torna superada ao pensar o processo dialético. Nesse sentido, também nos afastamos da definição, quando se pensa a realidade social apenas como uma rede de representações complexas e subjetivas, uma vez que admitimos a existência de estruturas sociais concretas, como o racismo, o patriarcado, ou mesmo instituições, que são mediadas pelos indivíduos, modificando-os e sendo modificada.

“Dois universos da prática”: os caminhos da extensão em um curso de graduação em Administração Pública

A EG/FJP, como o próprio nome indica, é ao mesmo tempo uma Escola e uma instituição de Governo, o que confere, por um lado, autonomia acadêmica, mas que exige, por outro, uma adesão muito menos neutra com o governo ou a administração pública. Sob essa dubiedade o equilíbrio tem que ser buscado, entre um campo de autonomia pedagógica e a esfera dos compromissos de gestão que são assumidos junto ao governo estadual. As ações de extensão trazem essa marca de nascença, e se justificam também por essa razão: as atividades de extensão se alinham aos objetivos de ampliar e aprofundar a formação dos alunos e ao mesmo tempo desenvolver ações concretas, de prestação de serviços e desenvolvimento de produtos no campo da gestão e administração pública.

As ações de extensão da EG/FJP ao longo de sua trajetória, são entendidas a partir de uma lógica particular que se desenvolveu na América Latina, com a ideia da construção de uma extensão popular. Diferente da Europa, onde a extensão era vista, em suas origens, como uma possibilidade de disseminar conhecimentos técnicos desenvolvidos pelas universidades, ou

mesmo da tradição iniciada nos Estados Unidos, a partir da qual a extensão era vista como uma prestação de serviços (MELO, 2014).

As ações de extensão estão organizadas em três eixos: social, profissional e acadêmico. Na categoria social estão alocados projetos que contemplam ações diversas, tais como ações desenvolvidas junto a jovens de escolas públicas em territórios vulneráveis da cidade, cursinho pré-vestibular para jovens de baixa renda, dentre outras. Os outros dois eixos -acadêmico e profissional- agregam ações mais orientadas para experiência de pesquisa, como observatórios de políticas públicas e rodas de debates; e ações voltadas para experiência via estágios, basicamente, no âmbito profissional.

Um ponto evidente na estruturação da extensão refere-se à percepção sobre os projetos “sociais” e “profissionais”. Ressaltando a forma como são construídos os projetos de extensão na EG/FJP, destaca-se o fragmento discursivo(1), que a partir da seleção lexical “dois universos da prática”, explicita uma oposição. Há um apelo para que o conhecimento produzido a partir das atividades de extensão seja explicitamente um “conhecimento prático”, que possa ser objetivamente aplicado para a atuação dos alunos e alunas enquanto servidores públicos, explicitando uma imputação gnosiológica sobre a realidade, marcada por uma prioridade do método sobre o objeto (CHAVES; FERRAZ; BIONDINI, 2020). Isto pode levar a um conhecimento instrumental, que impossibilita o desenvolvimento do espaço da extensão como um espaço que de fato possa se constituir a partir da construção do conhecimento, passando a ser apenas um reproduzidor de saberes concebidos anteriormente (MELO, 2014).

(1) eu acho legal que a gente tem mais ou menos **dois universos assim da prática**, então tem uma prática que **não é muito parecido com que eu acho que a gente vai vir a fazer no Estado como servidores** mas é super importante e tem outra que é mais parecido, **então é uma aplicação mais direta** (ALUNA 1)

Por meio desta perspectiva apresentada no fragmento discursivo(1), percebe-se que a formação no CSAP, com a extensão enquanto o lugar da prática neste processo, é marcado por diferentes universos de prática, mediados pela expectativa de atuação que as alunas e alunos terão ao se formarem como servidores públicos. Esta perspectiva pode ser observada ao lermos o fragmento discursivo(2), a partir do qual a Aluna 1 expressa a forma como essas expectativas profissionais se traduzem ao longo de sua formação, definindo o percurso adotado em relação aos projetos de extensão, com a realização de projetos sociais nos primeiros períodos da graduação, marcado pela seleção lexical “fazer essas experiências no começo do curso”(2).

(2) Essa que é um pouco mais distante, na minha experiência, foi com os projetos sociais, foi com especificamente o Repensar. E aí a gente não vai trabalhar com educação não formal de jovem no estado atuando, mas para mim foi **uma experiência ótima. Eu acho que para todo mundo é assim e, principalmente, porque eu acho que a gente se organizou de forma a fazer essas experiências no começo do curso.** (...) Você não sabe ainda bem o que que vem pela frente no curso você ainda não pegou as **disciplinas mais práticas** você tá naquela **disciplinas mais introdutórias mais reflexivas** e eu acho que encaixa direitinho com esse tipo de reflexão para depois aí fazer as experiências que **são mais próximas aquele gente vai vir trabalhar** (ALUNA 1).

A partir deste percurso adotado em relação aos projetos sociais, é interessante notar que existe um implícito subentendido em relação à valorização dos saberes ligados à aspectos instrumentais da Administração Pública, ao trazer a expressão: “disciplinas mais objetivas, mais duras assim mais técnicas”(3), em contraposição às “disciplinas mais introdutórias, mais reflexivas”(2). Contudo, é marcada a importância dos projetos sociais, retratada como “uma experiência ótima”.

Essa experiência também é retratada no texto(3). Neste fragmento discursivo, chama atenção o percurso semântico apresentado, construído a partir da realidade vivenciada pelo Aluno 2, que o aproxima da experiência do projeto “Fica Ativo! Cidadania”¹, que ele participou. Existe neste trecho, um implícito pressuposto de que, diferente de outros alunos e alunas da FJP, o projeto não representou o reconhecimento de uma nova realidade, mas a possibilidade de realizar trocas a partir do que ele havia acumulado em sua história de vida, não se tratando apenas do acúmulo do saber acadêmico.

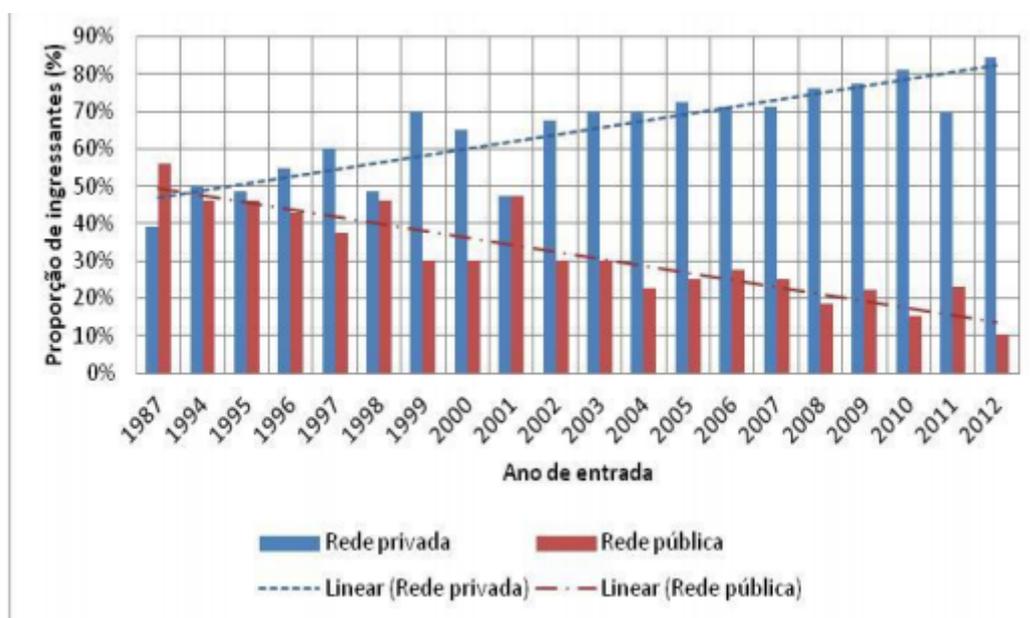
(3) Eu cheguei aqui em Minas já conhecendo muita realidade pobre, **então quando eu fui para o Cidadania, meio que eu tive essa conexão** (...) porque eu já conhecia muito a realidade das pessoas que faziam EJA e tudo mais. Só que poder tá lá na frente trazendo um pouquinho da minha experiência para essas pessoas é, não papel de ser professor nem nada porque eu não sei se eu sou muito bom para fazer isso, mas eu tentei mais passar minha experiência trazer um pouco de cidadania que eu sabia eu acho que isso como você receber e no rosto das pessoas **inclusive até chorei** no Cidadania, porque foi muito emocionante mesmo (ALUNO 2).

Em relação à aproximação e à emoção vivenciada pelo Aluno 2, apresentada por meio da seleção lexical “inclusive até chorei”, vale apontar que 67% dos estudantes que ingressam no

¹ Projeto de extensão da EG/FJP relacionado à Categoria Social, realizado com o público beneficiário da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola municipal de uma região periférica em Belo Horizonte. Por meio de Oficinas, o projeto visa contribuir para que os estudantes da EJA reflitam de forma crítica a respeito da realidade social em que se encontram, além de passarem a valorizar a convivência e a atuação cidadã como forma de mudança da realidade.

curso de Administração Pública da FJP concluíram o ensino médio em escolas particulares, havendo uma tendência de crescimento desse percentual ao longo dos anos. Os dados apontados por Amorim (2019), nos permitem concluir que o corpo discente da EG/FJP é predominantemente oriundo de camadas mais elitizadas da população², como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 : Distribuição dos estudantes do Curso de Administração Pública (Csap), segundo o tipo de instituição de ensino em que concluíram o ensino médio (1987 e 1994-2012)



Fonte: Amorim (2019)

Com isso, existe um contexto muito importante para a construção de uma imagem relacionada aos projetos sociais como a possibilidade de conhecer uma outra realidade, distante, que só será possível a partir desta experiência. Entretanto, o Aluno 2 demonstrou não ser esse o fato mais marcante na sua vivência com esse projeto. Por outro lado, a Aluna 3, a partir do texto (4), demonstrou que a realização dos projetos de extensão foi muito agregadora em sua trajetória de vida, sendo relevante destacar a seleção lexical “quando a gente chegar no profissional não

² Estes dados ainda não contemplavam o sistema de cotas, implementado em 2019 para ingresso na EG/FJP.

ficar fácil você cancelar uma política ou cancelar uma ação”, em relação à vivência que teve ao se relacionar com a execução do projeto “Fica Ativo! Repensar”³.

Ainda sobre as reflexões realizadas acerca do reconhecimento de novas realidades, retomamos aqui uma reflexão feita por Costa (2014 p. 52), que também se relacionava à uma experiência de extensão da Escola de Governo:

A seletividade social, ainda fortemente vigente no acesso ao ensino superior, além de expressar e reproduzir a desigualdade de oportunidades, tende a gerar um tipo de empobrecimento da experiência de formação dos estudantes. Isto porque tendemos a selecionar estudantes majoritariamente urbanos (ou metropolitanos), brancos, dos setores médios da sociedade. Devido a este recorte social e aos padrões brasileiros de segregação urbana, social e de padrões de lazer e consumo, a tendência é que a maioria destes estudantes tragam, como contrapeso a uma sólida formação acadêmica e grande disposição e generosidade típicas da juventude, uma bagagem relativamente limitada de vivências, de espaços de sociabilidade e de interações horizontais e não hierárquicas com públicos e contextos diversos do próprio status.

Por meio desta reflexão é possível compreendermos que os projetos não apenas são marcados pelas trajetórias daqueles que os compõem, mas marcam suas histórias de vida, sendo possível apreender o implícito pressuposto da aplicação prática dessas experiências no processo de construção de política pública, bem como, da importância das experiências extensionistas propiciadas pelos projetos sociais na complementação da formação dos estudantes. Contudo, as ações que possuem uma contribuição mais instrumental, no sentido da percepção direta de sua aplicação, são mais valorizadas, como pode ser percebido na seleção lexical “acrescentavam mais na parte profissional” (4).

(4) eu também tive uma experiência parecida nesse sentido de fazer os projetos sociais no começo do curso e depois ir para as atividades que tinham mais a ver com ACG, assim, que **acrescentavam mais na parte profissional estrito senso** (...). acho que a minha melhor experiência extra foi o Repensar (...) foi uma experiência muito rica porque trocar com os meninos e ver essas pessoas que são meio que os resultados das políticas que a gente vai fazer na parte meio é muito importante eu acho inclusive e **quando a gente chegar no profissional não ficar fácil você cancelar uma política ou cancelar uma ação**, porque você vê alguém ali passando por aquilo (ALUNA 3).

Tratando dos projetos de extensão que possuem essa característica de uma aplicação mais direta, em relação aos saberes instrumentais, o Programa de Internato em

³ Projeto de extensão da EG/FJP vinculado à categoria Social. Tem por objetivo trabalhar os conceitos de cidadania, empoderamento e ação coletiva com adolescentes de jovens de territórios periféricos. Estruturado em 4 eixos, o projeto se configura na realização de 16 encontros em formato de Oficinas com os adolescentes, que vão em uma crescente de construção conjunta de entendimentos e debates cujo fim é o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas dos adolescentes.

Administração e Gestão Municipal (Prinagem) é um projeto desenvolvido em parceria com prefeituras de municípios do Estado de Minas Gerais, sendo que os estudantes ficam imersos no município por um mês, atuando junto ao governo municipal, esta experiência é destaca pela Aluna 1, no texto (5), que faz também a comparação com a atuação em uma experiência de estágio.

(5) Ir para o Prinagem, **a gente tá um mês em uma prefeitura ou fazer estágio também, então, bom, e isso já associado com disciplinas mais objetivas, mais duras assim mais técnicas**, que vem mais para frente do curso então a minha experiência foi mais ou menos nesse sentido eu fiz as ACGs sociais antes de começar a fazer as experiências mais profissionais e para mim fez bastante sentido assim (ALUNA 1).

De forma complementar ao apresentado pela Aluna 1, o Aluno 2 apresenta no texto (6) que o Prinagem foi uma das melhores experiências que ele viveu, mas destaca que foi possível observar elementos que iam além de questões práticas aprendidas em sala de aula. Destaca-se o fragmento discursivo: “existem atividades que só na prática você sabe”. O percurso semântico construído neste texto, nos permite perceber que mesmo as atividades que possuem elementos instrumentais são mediadas de formas distintas pelos alunos e alunas, retratando que no real que lhes é apresentado, não são apenas as disciplinas curriculares que se apresentam, mas também diversas outras perspectivas presentes nas histórias de vida de cada indivíduo.

(6)O Prinagem (...) para mim também foi uma das melhores, eu acho que essas experiências práticas de você ir no local é ter uma vivência em relação à administração o que eu acho que impulsiona muito conhecimento em relação não só a questões teóricas que a gente aprende na faculdade, mas eu acho que a gente aprende, **existem atividades que só na prática você sabe**. (ALUNO 2).

Essas diferentes mediações frente às experiências de extensão nos apontam para elementos levantados por CHAVES, FERRAZ & BIONDINI (2020), ao questionarem a forma como o conhecimento é construído no campo da Administração Pública, existindo uma urgência em relação às atividades práticas, que marcadamente podem ser observadas ao longo da formação dos alunos e alunas que aqui contribuíram com seus relatos, uma vez que, com o avanço do curso, são esses os saberes que ficam mais evidenciados. Contudo, a extensão como espaço de trocas e como esfera "do real", traz consigo outros desafios e mediações necessárias, ao experienciar as relações humanas presentes, reforçando a desconstrução de uma imagem das organizações muitas vezes tidas como neutras ou alheias aos aspectos culturais e sociais fundamentais, relativos ao contexto no qual a organização está inserida e que permeiam as relações ali estabelecidas (PRESTES MOTTA et al., 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou, de certa forma, de uma dicotomia estruturante do debate sobre a extensão universitária, aquele que dissocia teoria e prática, inserindo a extensão no lugar da prática, complementar ao conhecimento adquirido na sala de aula. Geralmente a extensão é o eixo menos valorizado no tripé da formação discente, sendo o espaço para tudo o que está fora das salas de aula, onde o conhecimento “que conta” é transmitido. Essa visão arcaica, entretanto, não é única ou absoluta e existem correntes epistemológicas já bem consolidadas que valorizam o processo de conhecimento pela prática e pela ação e que relativizam o lugar hierarquicamente superior do conhecimento que se dá pela teoria e não pela ação e pela experiência (Heron, 1996).

Foi possível perceber uma mediação distinta dos alunos e alunas em relação aos projetos. Existe uma percepção de que os projetos sociais são vistos como introdutórios, ao passo que os projetos profissionais possuem um caráter de maior maturidade em relação ao curso. Aqueles, com efeitos mais "subjetivos" e estes, com impactos mais "objetivos" na formação dos discentes. Deste ponto, surgem questões interessantes para futuros estudos, marcando não apenas o debate da valorização de saberes instrumentais, recorrente no Campo de Públicas, mas um debate mais amplo acerca da estrutura que hoje se apresenta nas IES, que envolve outro elemento destacado: a prática das extensões servindo de base para o que é ensinado em sala de aula.

Outro ponto é relativo ao lugar e papel das ações de extensão na formação dos alunos. As diferenças entre os dois universos de práticas se situam somente no contexto no qual as ações são desenvolvidas - comunidades e grupos carentes, por um lado e governos, por outro? Ou existe uma diferença substantiva entre estes dois universos de práticas e as ações de extensão desenvolvidas em cada categoria buscam o desenvolvimento de aspectos, competências e habilidades distintas? Se sim, como a “natureza do objeto” delimita a intencionalidade existente em cada tipo de ação?

Longe de esgotar ou responder a essas questões, o presente artigo constitui o relato de um processo de reflexão institucional sobre o lugar da prática na formação da aluna e do aluno do campo de públicas. Descobriu-se que são diversos os universos da prática, e que esta ocupa sentidos distintos para cada sujeito, de acordo com sua trajetória e vivência; e que pensar a prática é pensar todo o processo de ensino e aprendizagem. No campo de públicas, fica cada vez mais evidente que o lugar da técnica e do conhecimento teórico é fundamental, mas a



experiência prática e a vivência, para além dos muros da escola e do Estado, é um importante saber que se soma e aponta elementos fundamentais.

REFERÊNCIAS

Amorim, M. (2019). **Projeto Percursos**: Trajetórias profissionais de egressos do CSAP/EG/FJP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). (2006) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC.

Chaves, R. H. S., Ferraz, J. M., & Biondini, B. K. F. (2020). O limiar da produção do conhecimento da Administração Pública acerca do Estado. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 1, p. 7- 33.

COSTA, B. L. D. De **“Mad Max” aos “Diários de Motocicleta” . O CLIU e a formação de administradores públicos na Escola de Governo** . In. Conexão local interuniversitária : diálogo de saberes / Ricardo Bresler, Tatiana Lemos Sandim, Fernando Burgos e Veronika Paulics (orgs.). – São Paulo : Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Registros Administrativos da Gerência de Extensão e Relações Institucionais**. Belo Horizonte, [2009].

Heron, J. (1996). **Cooperative Inquiry**: Research into the human condition. London: Sage

Melo, J. F. de. (2014) **Extensão popular**. 2.ed. – João Pessoa: Editora da UFPB.

Oliveira, K. P. de., & Rodrigues, M. I. A. (2017). **Pioneirismo renovação e desafios**: experiências do campo de públicas no Brasil (Cap. 10, pp. 169-187). Florianópolis: UDESC.

PIRES, V., SILVA, S. de A. M., FONSECA, S. A., VENDRAMINI, P. & COELHO, F. S. (2014) Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, 110-126.

PRESTES MOTTA, F.C.; ALCADIPANI, R & BRESLER, R.B. (2001). Valorização do estrangeiro como segregação organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. especial, p. 59- 79.

SARAIVA, L. A. S. (2009) **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira**, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.